



A IMPRENSA TUBARONENSE NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA MÍTICA SOBRE GETÚLIO VARGAS

Claúdia Nandi Formentin¹

Resumo: O presente trabalho tratará do período do governo de Getúlio Vargas correspondente as décadas de 1930 e 1940. Como delimitação estabeleceu-se a análise dos jornais da cidade de Tubarão (SC) nas décadas de 1930 e 1940. Para estudar o tema partiu-se do seguinte problema: a representação de Getúlio Vargas pela imprensa tubaronense nas décadas de 1930 a 1940 configura-se em narrativa mítica? O objetivo geral da pesquisa é analisar se os textos sobre Getúlio Vargas publicados na imprensa tubaronense, nas décadas de 1930, 1940 configuram em uma narrativa mítica. Para alcançá-lo tem-se como objetivos específicos: identificar como a imprensa tubaronense abordou a imagem de Getúlio Vargas entre as décadas de 1930 e 1940; verificar a presença de palavras que podem caracterizar a mitificação da personagem analisada; identificar as características do mito nos textos analisados. Para a realização do trabalho pesquisaram-se autores que tratam sobre a linguagem mítica como Roland Barthes (2003), questões relacionadas ao herói sob a abordagem de Campbell (1990), o imaginário como Michel Maffesoli (1998). Os textos que foram objeto de análise desta pesquisa foram publicados em jornais da época estudada disponíveis no Arquivo Público Municipal de Tubarão. O que foi percebido ao longo da análise foi que a imprensa tubaronense contribuiu para um fortalecimento do mito de Getúlio Vargas. Isso se deu pois foi possível identificar ao longo do trabalho termos que contribuem para que a narrativa mítica que envolve o ex-presidente seja reforçada também pela imprensa tubaronense. Os textos analisados apontaram para um Getúlio Vargas que procurava fazer o melhor para o país mesmo que para isso precisasse enfrentar forte oposição. Nesse sentido, ao mesmo tempo que Vargas era descrito como estando do lado do bem aqueles que, para o jornal analisado, tinham opiniões e/ou posições contrárias as suas eram apontados como tomando partido do mal.

Palavras-chave: Getúlio Vargas, Mito, Imprensa.

1 INTRODUÇÃO

Getúlio Vargas se projetou na esfera pública nacional em um momento histórico em que as mudanças na política moderna eram claras. Um dos fatores que contribuíram para a construção de figuras como a aqui estudada é a presença recente e avassaladora das massas. Em parte a ascensão desses novos grupos se deve, especialmente a partir de 1930, ao desenvolvimento dos veículos de comunicação.

É sabido que o presidente Vargas interferiu em assuntos ligados à imprensa e soube como ninguém construir a imagem do governo e do governante. Para isso, entre suas ações está a criação de vários departamentos, como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que cuidavam de tudo e divulgavam o que saía a seu respeito nos veículos de comunicação, na literatura e nas artes de uma maneira geral. Getúlio se utilizou muito bem da imprensa como é possível observar com a criação da Hora do Brasil, encarregado de divulgar as ações do governo federal. Por isso muito da imagem que temos do período getulista se

¹ Doutora em Ciências da Linguagem. Professora da SATC. E-mail: claudia.formentin@satc.edu.br.



deve à ampla divulgação de seus atos na imprensa. Em Tubarão (SC), nesse período, estava em circulação o jornal *O Liberal*. Fundado por Ernesto Lacombe, na década de 1920, era um “órgão da Aliança Liberal, com o objetivo de divulgar os ideais aliancistas, tendo como figura central Getúlio Vargas” (VETTORETTI, 1997, p. 37). As atividades de *O Liberal* acabaram em 1933. O município volta a ter um jornal em 1934 quando um de seus antigos diretores, Manoel Aguiar, passa a circular o periódico *A Imprensa*. “Este jornal, alinhando ao grupo político comandado por Nereu Ramos, manteve-se em circulação até 1963” (VETTORETTI, 1997, p. 37).

A imagem de Getúlio como herói capaz de dar a vida pela nação ficou mais forte depois de sua morte. No entanto, uma quantidade considerável das informações que temos sobre Vargas envolvem todo o país ou dizem respeito às ações vivenciadas pela população de grandes centros tornando-se distante da realidade catarinense e tubaronense. Partindo desse pressuposto, este trabalho justifica-se pela necessidade de aproximar acontecimentos nacionais a vida regional.

A pesquisa parte da seguinte questão: os textos que tratam sobre Getúlio Vargas na imprensa tubaronense nas décadas de 1930 a 1940 configuram uma narrativa mítica? Para responder ao problema proposto estabeleceu-se como objetivo geral analisar se os textos sobre Getúlio Vargas publicados na imprensa tubaronense, nas décadas de 1930, 1940 configuram em uma narrativa mítica. Para alcançá-lo tem-se como objetivos específicos: identificar como a imprensa tubaronense abordou a imagem de Getúlio Vargas entre as décadas de 1930 e 1940; verificar a presença de palavras que podem caracterizar a mitificação da personagem analisada; identificar as características do mito nos textos analisados.

2 MITO

Os mitos não são uma invenção moderna, mas nem por isso foram esquecidos nas civilizações mais antigas. Para chegar até os dias de hoje, os mitos passaram por constantes transformações desde o seu possível surgimento – na Pré-História - até sua formação tal qual concebemos na atualidade. Na contemporaneidade, o mito, conforme Barthes (1977, p. 11), “é desconstituído: ele não se enuncia mais em grandes narrativas constituídas, mas somente em ‘discurso’; é quando muito uma fraseologia, um corpus de frase (de estereótipos)”. A ideia do autor aponta para o fato de que nesse momento da história os mitos aparecem com maior facilidade do que em outros do passado.



Os políticos com uma imagem mais ligada a ideologias populares são normalmente lembrados com saudades. Assim de acordo com Brandão (1997), na Psicologia, mais especificamente sobre este aspecto anunciado por Jung, a possibilidade de perceber nos mitos diversos caminhos simbólicos para a formação da consciência coletiva começou com o conceito de arquétipo. Assim, o inconsciente coletivo expressaria a identidade de todos os homens independente da época e do lugar em que viveram. O inconsciente coletivo não se manifesta de forma conceitual ou verbal, ele se faz através de símbolos, de acordo com Brunel (1998).

Em quase todas as narrativas mitológicas, a presença do herói é marcante. Consegue se controlar mesmo em momentos adversos, superando obstáculos difíceis ou “quase” intransponíveis para os mortais, realizando façanhas que trazem o bem para a coletividade. Quando essa luta em vida parece não surtir efeito, o herói é capaz de dar a própria vida para ‘salvar’ a coletividade do mal que pode se abater sobre ela. Assim os mitos mostram os exemplos de conduta positivos ou negativos, que devem ser ou não seguidos pela sociedade.

É possível observar, ao longo da história da humanidade, que os povos, em geral, têm certa necessidade de criar mitos, com finalidade de explicar contradições, paradoxos, dúvidas, inquietações e até mesmo para justificar conceitos morais vigentes, em determinada época.

Segundo Romanini (2004, p. 53) a dificuldade em estudar os mitos está no fato de ninguém estar livre deles, já que eles são como “as lentes de óculos que precisamos usar para enxergar as coisas, que determinam nossa vida no mundo, mas que estão tão próximos aos nossos olhos que não conseguimos notá-los”.

Mitologias formais como as dos gregos e romanos são, basicamente, explicações dos fatos que aconteciam no universo, particular a cada povo, através das histórias dos deuses. Por causa da voz da ciência é cada vez mais difícil para as pessoas da sociedade moderna entenderem o valor e a importância da mitologia, segundo Randazzo (1997).

Certamente é possível conceber que existam mitos antiquíssimos, porém, não eternos; afinal, conforme Barthes (2003, p. 200):

[...] é a História que transforma o real em discurso; é ela e só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica. Longínqua ou não, a mitologia só pode ter um fundamento histórico, visto que o mito é uma fala escolhida pela História.



Para o autor (2003, p. 200) o mito é uma fala, porém não qualquer fala. Esta fala é uma mensagem oral ou não; “pode ser formada por escritas ou representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isso pode servir de apoio à fala mítica”. E já que o mito é uma fala “tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso” (BARTHES, 2003, p. 199).

Com relação à linguagem dos mitos Barthes² diz que nada pode proteger-se do mito, e é a língua que oferece fraca resistência a ele e é ela, a linguagem, que mais frequentemente é roubada por ele. Com o mito, as palavras parecem ganhar outros sentidos que diferem daqueles encontrados no dicionário. Seria possível dizer assim, que é este algo mais das palavras que forma o mito. Assim o mito é tudo aquilo que escapa à linguagem discursiva, que foge da lógica e da razão.

Neste sentido, pode-se perceber que os enunciados não apenas refletem a expressão de algo que já existe em seu exterior. Cria-se algo novo e singular, que se relaciona com algum valor (verdade, bondade, beleza, dentre outros), mas que não foi criado do nada e que já parte de algo existente na sociedade.

Nas culturas pré-tecnológicas, histórias míticas eram transmitidas oralmente. A partir do século XX, com o crescimento da comunicação de massa, os veículos de comunicação criam mundos mito-simbólicos em que os seres humanos possam projetar os seus sonhos, medos e fantasias.

Tais representações, assim como os mitos e heróis nas culturas pré-tecnológicas, contribuem para a construção de um sentimento de pertencimento, de estar-junto. Assim, pode-se afirmar que a vida diária das comunidades contemporâneas se manifesta pela estética que Maffesoli (1998, p. 31) afirmam tratar-se de um “[...] código genético que limita e determina a maneira de estar com os outros muito mais do que poderia fazê-lo a situação econômica e política”. O costume é o que não foi dito, é, justamente, o fundamento desse estar-junto.

Os mitos e os discursos que formam uma comunidade podem assumir a função de unir as pessoas dentro de uma determinada ideia coletiva em dado momento. Maffesoli (1998) destaca que se, em seu nascimento, muitos grupos/comunidades surgem pelo princípio de

² Segundo Barthes, a mitologia “contém certas predisposições míticas, o esboço de um aparelho de signos destinados a manifestar a intenção com que é utilizada (...) é aquilo a que poderíamos chamar de expressividade da língua, os modos imperativos ou subjuntivos, por exemplo, são a forma de um significado particular, diferente do sentido”. BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003, p. 224.



individualização, apoiando-se na separação de outros, essa atitude pode fazer com que esses grupos sejam dominados, perdendo-se, assim, em um sujeito coletivo.

Maffesoli (1998, p. 18) estabelece um elo entre a emoção partilhada e a comunalização. Para o autor a “[...] ligação entre a emoção partilhada e a comunalização aberta é que suscita essa multiplicidade de grupos, que chegam a constituir uma forma de laço social”. Nesse sentido, é possível, conforme indica o autor, (1998, p. 15), “[...] existir heróis, santos, figuras emblemáticas, mas eles são, de certa maneira, tipos – ideais ‘formas’ vazias, matrizes que permitem a qualquer um reconhecer-se e comungar com os outros”. Essas figuras míticas, aponta Formentin (2006, p. 73) “[...] são figuras sociais que permitem criar a expressão do nós, a estética coletiva”.

Entre as figuras sociais capazes de criar essa estética coletiva pode-se destacar o herói. Para Campbell (1990, p. 131) “[...] o herói é alguém que deu a própria vida por algo maior que ele mesmo”. Ele está disposto a se sacrificar por um povo, uma pessoa ou mesmo uma ideia. Esse herói é aquele que realiza algo que não está no nível normal. Portanto, realiza proeza (física ou espiritual) que, conforme o autor, parte de quem percebe a falta de algo em meio às experiências permitidas a outros membros da sociedade em que está inserido. No caso de ações que se apresentam de maneira física há a prática de um feito que exija coragem, em batalha, por exemplo. Já no caso espiritual, explica Campbell (1990, p. 131), o herói “[...] aprende a lidar com o nível superior de vida espiritual humana e retorna com uma mensagem”.

Para isso, afirma o autor, os heróis podem escolher realizar certa proeza de maneira preparada e intencional ou serem lançados àquela aventura sem saber exatamente o que estão fazendo. Campbell (1990, p. 142) indica ainda que a sociedade contemporânea necessita de heróis, pois “[...] ela tem necessidade de uma constelação de imagens suficientemente poderosa para reunir, sob a mesma intenção, todas essas tendências individualistas”. O autor (1990, p. 142) completa afirmando que “[...] a nação necessita de uma intenção, a fim de atuar como um poder uno”. Há para Campbell (1990), um herói lendário que o autor entende como aquele que funda algo (uma era, religião, cidade, modalidade de vida). Para isso, no entanto, esse herói precisa desvencilhar-se do velho, do antigo e assim inovar. O que existe, assim, é a necessidade de “[...] partir em busca da ideia-semente, a ideia germinal que tenha a potencialidade de fazer aflorar aquele algo novo” (CAMPBELL, 1990, p. 145)



O mito molda a vida das pessoas mesmo quando elas não se apercebem disto. No centro de um grande número de mitologias existe um símbolo, uma imagem arquetípica que traça o caminho da mitologia que, por sua vez, molda a vida das pessoas que entram em contato com ela. Quando se pergunta onde o mito está hoje, Bricout (2003, p.14) responde que ele “está aí e, no entanto, ninguém o reconhece” estão em todos os lugares, mas, ao mesmo tempo, são clandestinos.

3 GETULIO VARGAS NA IMPRENSA TUBARONENSE

A República Velha, mesmo muito desgastada durante as décadas de 1910 e 1920, chegou forte às eleições presidenciais de 1930. Naquele ano, após ser derrotado nas eleições pelas tradicionais oligarquias paulistas, o gaúcho Vargas, com apoio das oligarquias mineira e paraibana, comanda a rebelião que destituiu o presidente Washington Luiz.

Um ano após esse fato, em 24 de outubro de 1931, o jornal tubaronense *O Liberal* estampa em sua capa a comemoração do aniversário da Revolução fazendo o seguinte lembrete: “Comemora hoje o Brasil, o primeiro aniversário da Vitória da Revolução! A hora precisa em que nossa homenagem vai saudar os patriotas que se empenharam na luta, o Rio de Janeiro, no ano passado, estava presa de uma atmosfera de incertezas[...]” (LACOMBE, 1931, p.1). Entre as comemorações, o jornal tubaronense, ainda na capa, diz que é justo que “este tributo vá até o Palácio do Governo, no Rio de Janeiro, para saudar o eminente Presidente da República Brasileira” o senhor Getúlio Vargas.

Vettoretti (1997) explica que no ano anterior à saudação, em cinco de outubro de 1930, os revoltosos chegaram a Tubarão e tomaram a cidade sem nenhuma oposição. Tubarão foi tomada em duas frentes, enquanto Ernesto Lacombe³ se dirigia à Prefeitura Municipal, atual Casa da Cidade, o capitão Trifino Correa assumia o comando militar no escritório da E.F.D.T.C – Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina – para convocar os reservistas.

No dia seguinte, instala-se em Tubarão o governo Provisório do Sul de Santa Catarina. O primeiro ato deste governo foi extinguir o município de Imbituba anexando-o a Laguna seguindo do restabelecimento do município de Jaguaruna, que havia sido extinto em 1923. O terceiro ato foi destituir os governos municipais do sul de Santa Catarina nomeando

³ Natural de Cruz Alta (RS) Ernesto Lacombe chegou em Tubarão como investidor. Em 1924 montou uma moderna charqueada. No início da década de 1930 liderou investidores gaúchos e catarinenses e fundou a Sociedade de Banha do Sul Rio Grandense, conhecido por Sindicato da Banha. Também investiu em agricultura com extensas plantações de arroz. Além de investidor era jornalista e getulista convicto. Fundou o jornal “O Liberal”, órgão da Aliança Liberal (VETTORETTI, 1997, p. 47).



prefeitos de sua confiança⁴. Esses primeiros fatos são novamente lembrados com orgulho pelo periódico tubaronense *O Liberal* de 24 de outubro de 1931. Assim pode-se ler na capa do jornal o seguinte trecho:

Nós que de Tubarão, deste recanto esquecido, também levamos a nossa pedrinha para o erguimento do Castelo de nossas esperanças, rememorando o dia em que se fez a Paz e se expurgou o País dos maus elementos que infelicitavam, mandamos ao digno e ilustre Chefe do Governo Provisório, os nossos sinceros votos de completa permanência no seu posto, para que o País progrida, para que o Brasil reconquiste o lugar de destaque que merece e de onde foi afastado por maus filhos e políticos corrompidos.

Já em novembro de 1930, Getúlio cria o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio. Com isso já é possível observar que o Estado vai passar a tratar a questão trabalhista como uma questão social e estatal.

A chegada de Vargas ao poder consolidou o caminho para a modernização industrial de uma forma conservadora, trazendo junto a isso outras invenções, mais tarde entendidas como corporativismo, trabalhismo, populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. (NOGUEIRA, 2004, p. 31).

Até a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT- e da carteira de trabalho várias leis irão regulamentar o trabalho no Brasil. Entre elas podemos citar a Lei dos Dois Terços que determina a “contratação pelas empresas de dois terços de trabalhadores brasileiros – limitando a um terço a presença dos trabalhadores estrangeiros, em geral mais desenvolvidos nas mobilizações e reivindicações” (NOGUEIRA, 2004, p. 32). O autor ainda afirma que:

A criação da legislação trabalhista no Brasil foi um processo desencadeado antes e depois da década de 30 e tinha como mote principal regular as relações entre trabalho e capital de modo a impulsionar a acumulação capitalista de base urbano-industrial (NOGUEIRA, 2004, p. 31).

No dia 9 de maio de 1942, em Tubarão o jornal *A Imprensa* publica uma mensagem do presidente Getúlio Vargas aos trabalhadores do Brasil em comemoração ao Dia Internacional do Trabalho, comemorado no dia 1º de maio. Na mensagem, Vargas ressalta a importância da política trabalhista adotada por seu governo.

⁴ Araranguá, Fontoura Borges; Criciúma, Cincinato Naspolini; Jaguaruna, Bernardo Schmitz; Imaruí, Pedro Bitencourt; Laguna, Gil Ungaretti; Orleans, Galdino Guedes; Tubarão, Dr. Silvino Moreira Lima Sobrinho (que governou até 1933) Urussanga, Lucas Bez Batti



Antes do atual regime, a aproximação do 1º de maio era motivo de apreensão e sobressaltos. Reforçavam-se as patrulhas de polícia, recolhiam-se as tropas aos quartéis na expectativa de desordens. Temia-se aproveitassem os trabalhadores o dia que lhes é consagrado para reivindicar direitos. O Estado Nacional atendeu-lhes às justas aspirações. A data passou então, a ser comemorada com o júbilo e a fraternidade que emprestam esplendor a esta festa, na qual os soldados das forças armadas, cuja sagrada missão é manter a ordem e defender a integridade do solo pátrio, reúnem-se aos operários, soldados das forças construtivas do nosso progresso e grandeza” (1942, p. 1)

A mensagem continua lembrando que “a política trabalhista do meu Governo tem sido invariável no sentido de estabelecer harmonia entre os fatores de produção, base do equilíbrio social e fundamento do progresso humano” (1942, p. 1). Getúlio afirma na mensagem que é um erro dos regimes de liberalismo individualista “que legalizam a greve como elemento solucionador de conflitos” (1942, p.1) e assim como seu governo se afasta dessa tendência também não fica perto “dos estatutos de natureza totalitária, que instituíram o trabalho escravo” (1942, p. 1). “O Estado, entre nós, exerce a função de juiz nas relações entre empregados e empregadores porque corrige excessos, evita choques e distribui equitativamente vantagens” (1942, p. 1). A mensagem do presidente da república indica, conforme apresenta Maffesoli (1998), um elemento individual (ele próprio) como agregador de uma coletividade que busca a harmonia.

O PCB – Partido Comunista Brasileiro – e a ANL – Aliança Nacional Libertadora – foram, sem dúvida, considerados as duas grandes ameaças enfrentadas com muita força por Getúlio. Sob a liderança de Luís Carlos Prestes, e com as bênçãos de Moscou, o programa da ANL consistia na luta contra o fascismo e o imperialismo. Entre os principais pontos desse programa, podemos citar o não reconhecimento da dívida externa, a nacionalização dos serviços públicos, a distribuição da terra, a garantia de direito dos trabalhadores, as liberdades populares, incluindo a liberdade religiosa e o fim de privilégios de raça, cor ou nacionalidade. A perseguição a Prestes levou Getúlio a sua esposa, Olga Benário, que foi entregue aos nazistas em 1935. A ANL foi dissolvida por Getúlio em julho de 1935. Os trabalhos continuaram na clandestinidade, mas Vargas deixou seus espiões entre os integrantes do grupo e, com controle total sobre a situação, permitiu que a insurreição fosse preparada e deflagrada.

Em 23 de novembro, quando os revolucionários chegaram a Natal, explica Maranhão (2004, p. 75), Getúlio decretou estado de sítio em todo o território nacional e, com informações precisas, “os militares legalistas esmagaram o movimento em Recife e nos quartéis do Rio de Janeiro”. O autor continua afirmando que depois de derrotada, a ‘ameaça



comunista’ “passou a ser agitada por Vargas como pretexto para toda sorte de arbitrariedades de sua polícia, para a imposição de leis e tribunais de exceção, para a imposição do terror do Estado e, finalmente, para a instauração da ditadura” (MARANHÃO, 2004, p. 75).

A marcha anticomunista chega a Tubarão e é tratada em um artigo intitulado “O Brasil unido e forte”, publicado no jornal *A Imprensa*, de 7 de maio de 1936 (p. 05). Já no primeiro parágrafo, é dito que “em todo esse movimento subversivo que veio perturbar a marcha evolutiva do Brasil, o que mais constrange e indigna a alma nacional é a intromissão do elemento estrangeiro em a nossa intimidade de paiz (sic) livre.” Os intrometidos a que o jornal se refere são os russos liderados por Carlos Prestes,

[...] o Cavalheiro da Esperança dos russos, o vilão do desespero do Brasil, lá estava, a explicar num francez (sic) mastigado, as riquezas do valle amazônico (sic), a opulência da bacia do S. Francisco, as possibilidades immensas (sic) do Paraná, com as suas Sete Quedas, capazes de abastecer de força elétrica todo um continente.

Para o jornal, foi para isso que Prestes percorreu, em fuga, de sul a norte, todo o sertão brasileiro. Segundo o jornal, o que Prestes escondeu dos russos foi que em terras brasileiras “não viceja a planta maldicta (sic) do ódio” nem de raças, nem de política, nem de dinheiro. Por isso “iludiram-se os vermelhos, os judeus do Kremlin. Hoje o Presidente Getúlio Vargas, depositário da confiança unânime do Brasil, tem ao seu lado todos os partidos, todos os homens políticos, todos os patriotas brasileiros”. Ao utilizar termos como “depositário da confiança unânime” o jornal indica um Getúlio Vargas capaz de agregar e, assim, corrobora com a afirmação de Formentin (2006, p. 73) que caracteriza as figuras míticas como sendo “[...]figuras sociais que permitem criar a expressão do nós, a estética coletiva”. Além disso, ao tratar do Brasil como uma nação em que a “não viceja a planta do ódio” aponta-se para a construção de uma coletividade, como indica Maffesoli (1998). No contexto apresentado é possível afirmar que a figura de Vargas e o país estão interligados corroborando, também, com Campbell (1990) e com Maffesoli (1998) sobre a necessidade de mitos e heróis para a construção do coletivo.

Em 1939, com a criação do DIP, sob o comando do jornalista Lourival Fontes, começa a haver não só uma ampla divulgação dos ideais do Estado Novo, mas também um controle severo da opinião pública e uma rígida censura aos veículos de comunicação. As ações que tornaram efetivas as normas do DIP aparecem em jornais tubaronenses em textos como o publicado no jornal *A Imprensa* em 30 de março de 1940 (p.01) quando, com o título



de “Movimento Revolucionário em São Paulo” é publicado um texto que fala sobre o fechamento da redação do Estado de São Paulo. Parte do texto explica:

A polícia de S. Paulo vinha há algum tempo observando a atividade de certos elementos pertencentes a antiga política dominante naquele Estado. Após demoradas diligências apurou com segurança que tramavam uma ação revolucionária com o regime e Ordem Legais. Apuro mais que as reuniões eram realizadas nas residências dos elementos subversivos. Além das prisões efetuadas foi determinada a interdição do prédio onde funcionam as oficinas do jornal Estado de São Paulo.

Em 1939 é construída a primeira ponte de Tubarão, localizada no centro da cidade. A obra ganha o nome de ‘Nereu Ramos’, em homenagem ao interventor do Estado de Santa Catarina⁵. Não é necessário regredir muito, nem caminhar muito à frente na história para perceber que Nereu Ramos era um interventor muito bem visto sob os olhos da imprensa. Na edição de 29 de novembro de 1941 do jornal *A Imprensa* (p. 01) aparece a seguinte manchete: “O relatório do Sr. Interventor Nereu Ramos”. Nela, o jornal afirma que tal documento, encaminhado ao Presidente da República, Getúlio Vargas, é de grande valor para o Estado, já que em suas 226 páginas “vem mostrar uma colaboração valiosa a quantos se interessam pela prosperidade do Brasil, através de uma administração sadia e fecunda, como tem sido a sua”. Mais adiante o periódico completa “feliz do Estado, que tem um homem como o dr. Nereu Ramos, a dirigi-lo. (...) *A Imprensa*, envia ao grande Interventor, as suas felicitações sinceras pela preciosidade do seu relatório (...)”.

Durante o período que corresponde à II Guerra Mundial, o governo de Getúlio Vargas, como já se viu, demorou a tomar uma posição definitiva. Em alguns momentos, inclusive, parece ter estado ao lado dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). No entanto, em setembro de 1944, são encaminhados soldados brasileiros para lutar na Itália ao lado dos Aliados (Inglaterra, Estados Unidos, França e Rússia). Isso aconteceu depois do afundamento de alguns navios brasileiros, o primeiro em fevereiro de 1942 (entre fevereiro e julho de 1942 foram 14).

Em agosto, o Brasil entra na guerra e a justificativa, conforme o jornal *A Imprensa* de 22 de agosto de 1942, é a de que

⁵ Eleito governador em 1935, Nereu Ramos foi nomeado interventor por Getúlio Vargas permanecendo nessa posição até 1945, quando chega ao fim o Estado Novo.



[...] a agressão das nações do eixo chegou direta e covardemente ao Brasil, com o torpedeamento de mais cinco navios da nossa frota mercante, agora, em águas territoriais do nosso país! (...) Atos barbarescos só admissíveis entre gente sem sentimentos morais e sem os mais leves resquícios de brio e piedade cristã.

O jornal continua afirmando que:

[...] é a guerra sem declaração! Guerra fora das normas da civilização e da dignidade humana, praticada com selvageria e infâmia, iniciada de tocaia, afundando-se embarcações pacíficas que faziam viagens de porto a porto nacionais, com mulheres, crianças, cidadãos e produtos da nossa riqueza.

Assim completa com o pedido de vingança:

[...] a dor, o luto e a tristeza que, nesse instante, cobrem os céus da Pátria serão vingados. [...] A Bandeira da nossa Pátria não será nunca enxovalhada; está e será sempre desfraldada aos sopros dos ventos da liberdade como símbolo de um povo que sabe ser nobre, generoso, pacífico mas, sendo preciso, guerreiro destemido e audaz! ABAIXO O NAZISMO E A 5ª COLUNA.

Tubarão não ficou sem sentir os efeitos da entrada do Brasil na guerra. Vários homens foram para os campos italianos lutar. A entrada na guerra, no entanto, parece não encantar tantos brasileiros assim. Por isso o jornal *A Imprensa* publica, em 19 de dezembro de 1942, uma nota do Ministério da Guerra que é taxativa: a não apresentação leva o cidadão a se tornar um desertor e “o brasileiro que se tornar um desertor às fileiras das Forças Armadas perde as suas credenciais de cidadania e fica impossibilitado de exercer suas funções públicas inutilizando seu futuro em qualquer atividade nacional”. Mais adiante, a nota faz um pedido às “autoridades municipais, aos parentes e conhecidos desses cidadãos para que os avisem acerca da convocação e ao mesmo tempo comuniquem ao Quartel General onde eles se acham presentemente”.

Quando a notícia do afundamento dos primeiros 35 navios brasileiros, por ação do governo alemão uma das primeiras atitudes tomadas pelo governo federal, quando assumiu uma posição na II Guerra, foi proibir a utilização da língua italiana e alemã. O fato foi noticiado, segundo Vettoretti (1992), pelo jornal *A Imprensa*, de 31 de janeiro de 1942. O periódico adverte que “nenhum alemão, italiano, japonês ou seus descendentes poderá falar nas ruas, nos cafés, nos clubes, nos hotéis ou nas reuniões públicas, outra língua que não a brasileira” (VETTORETTI, 1992, p. 294).

Na mesma edição, é publicada uma nota da Secretaria da Segurança “Contra os elementos do Eixo”. Tal nota avisa que as pessoas naturais dos países do Eixo, com os quais o



Brasil cortou relações diplomáticas e comerciais, devem informar seus endereços para as autoridades em um prazo de quinze dias, não podendo os mesmos indivíduos trocarem de residência sem comunicar ao Serviço de Registro de Estrangeiros. Além disso, os hinos e saudações desses países não poderiam ser entoados assim como passa a ser proibido o uso do idioma dessas nações. Mas a nota não para por aí e passa a proibir que italianos, alemães e japoneses se reúnam em domicílios para qualquer tipo de comemoração particular como aniversários. Esta ação afetou várias comunidades em Santa Catarina por este ser um estado em que existia um grande número de colônias com tais origens. Com isso, um grande número de escolas de língua estrangeira foram fechadas.

Mas não foi a primeira vez que tal informação chegou à população pela imprensa. Sem tanta oficialidade, mas não menos enfático, o jornal *A Imprensa* traz na primeira página do dia 17 de agosto de 1940, que:

[...] a nacionalização dos núcleos coloniais no Sul do Brasil, não se processará como querem muitos, com rapidez, porque exige muita soma de esforços, por ser problema de elevada importância e assas antigo, tendo estado em abandono nos governos anteriores.

O texto do periódico continua dando mais explicações:

Se o Brasil fosse um paiz (sic) de quase alfabetizados, acreditamos, não seria tão árdua nem requeria a continuidade do problema por algumas gerações. Como, porém, a instrução ainda é um dos males nacionais, devemos, se somos patriotas, agir pelo abrasileiramento do Brasil menos brasileiro, mas lembramos que não é assunto para uma semana nem se auxiliará entavando com atitudes não delicadas a boa vontade de muitos

O jornal continua afirmando que os brasileiros devem integrar seus “irmãos de nacionalidade porém etnologicamente diversos” aos deveres para com a pátria. Esses irmãos devem ter a clareza de que “não são as leis que forjam sentimentos de pátria, mas nos lares, nas escolas, nas sociedades, nos quartéis, em suma, em todo e qualquer ambiente onde a alma brasileira palpita e se faz mister introduzir o nosso idioma, que é um dos esteios da nacionalidade, fazendo ver aos núcleos coloniais que o Brasil tem uma língua” bela e grandiosa. Assim, é possível observar que antes da lei existiu toda uma justificativa para a atitude drástica que mais tarde viria a aparecer com a publicação da nota já citada anteriormente.

Mas como era previsto pelo periódico não foi fácil a tal nacionalização. No dia 14 de março de 1942, com o título de “Alemão Atrevido”, o jornal *A Imprensa* traz um texto que



fala da apreensão, em Porto União, de livros escolares na casa do alemão Ludwig Appel. Os livros, todos em alemão, segundo conta o jornal, eram “destinados a instruir seus filhos, em número de sete, todos eles nascidos no Brasil, o que era feito pelo próprio pai”. O senhor Ludwig declarou, segundo o periódico, que se “isso fosse obrigado, mandaria os filhos à escola brasileira, caso contrário continuaria ele a instruí-los”. Esse depoimento foi completado com um “cinismo e uma petulância revoltante”, segundo o jornal, já que apesar de concordar com a ida de seus filhos à escola brasileira, só faria a matrícula das crianças com a condição de “não cantarem o Hino Nacional do Brasil, nem prestarem culto à Bandeira da Pátria”. Depois de tal declaração e de “tão insólito atrevimento” Ludwig Appel foi preso, “sendo processado, devendo seu inquérito ser remetido, por intermédio da Delegacia de Ordem Política, ao Tribunal de Segurança”. Como é possível perceber, a capa do jornal *A Imprensa* de 31 de agosto de 1940 não traz pela primeira vez uma informação como

O Sr. Vigário de Urussanga, italiano nato, - na sede do município e da comarca! -, bem junto das autoridades brasileiras, portanto, faz sempre suas predicas em italiano, contrariando as leis federais que, positiva e expressamente, o proíbem. É uma transgressão de lei positiva e de lei moral, porque a ele, estrangeiro, cumpria, ao menos o dever de cortesia (sic), respeitar o país que o acolhe generosamente.

E já que estamos na década de 40, é bom que se diga que em 1942 começa a funcionar o setor catarinense da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), dividido em três departamentos: “o de energia, com a criação da Usina Termelétrica de Capivari (UTE) (...), o de carvão, com as mineradoras de Siderópolis e Próspera e, por último, o de beneficiamento, com o Lavador de Capivari” (MARKUN, HAMILTON, 2001, p. 28). A CSN transformou a cara de Capivari, um bairro de Tubarão que na época era ocupado por propriedades rurais. Com a instalação da Companhia, o local passou a desfrutar de modernidades inimagináveis para a cidade de Tubarão da época, além disso os salários dos funcionários eram os mais altos da região.

Mas os engenheiros não quiseram ficar na mesma região que os outros trabalhadores. Para eles, o governo construiu, no centro da cidade, uma série de residências com padrão norte-americano, a Vila dos Engenheiros. No centro, uma construção recebia os hóspedes ilustres que chegavam à cidade como os governadores Nereu Ramos e Jorge Lacerda e o Presidente da República Castelo Branco. Hoje, esta casa abriga o gabinete do prefeito.



Assim, pode-se ver que o carvão impulsionou a economia do estado de Santa Catarina nesse período e a CSN, especialmente, transformou a cidade de Tubarão em um verdadeiro canteiro de obras.

Muito ainda se teria para falar sobre o assunto. O material encontrado é volumoso e não é por falta dele que se encerra por aqui esse trabalho. Mas para o que se propôs, acredita-se que é o suficiente. Assim chegamos as considerações finais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material apresentado neste artigo possibilitou perceber algumas coisas. A primeira não foi uma grande surpresa: Getúlio Vargas foi, ou é, um dos grandes mitos da história brasileira. A segunda diz respeito a maneira como foi construída a figura de Getúlio Vargas na imprensa tubaronense, nas décadas de 1930, 1940 não sendo muito da imagem que é divulgada nacionalmente. Isso se deve, em grande parte, à relação que Vargas mantinha com a imprensa brasileira. As imposições vindas do governo e sua censura impediam que os jornais de oposição se proliferassem; além disso, os jornais que abordavam os assuntos referentes ao governo da forma como este permitia apareciam mais. Pode-se pensar que tal censura só acontecia em cidades maiores em que os jornais eram mais vistos.

Pode ser, mas, coincidência ou não, o Arquivo Histórico de Tubarão só possuía no período em que o material para esta pesquisa foi coletado, exemplares do jornal *A Imprensa*. Tal veículo não se eximia de tecer fortes elogios sobre a pessoa e o governo de Vargas. Assim, como Barthes nos disse, o mito não está mais enunciado em grandes narrativas constituídas, mas somente em ‘discurso’; o mito desaparece, mas permanece nas narrativas que, por vários motivos, acabam retornando a nosso cotidiano.

Isso se deu pois foi possível identificar ao longo do trabalho termos que contribuem para que a narrativa mítica que envolve o ex-presidente seja reforçada também pela imprensa tubaronense. Tais termos nem sempre dizem respeito a figura de Getúlio Vargas. Por vezes eles indicam forte aceitação das atitudes tomadas pelo então presidente da república. Nesse sentido, os textos analisados apontaram para um Getúlio Vargas que procurava fazer o melhor para o país mesmo que para isso precisasse enfrentar forte oposição. Assim, ao mesmo tempo que Vargas era descrito como estando do lado do bem aqueles que, para o jornal analisado, tinham opiniões e/ou posições contrárias as suas eram apontados como tomando partido do mal. Estabelecendo-se assim certo maniqueísmo. Verificou-se,



dessa maneira, que é possível indicar de maneira afirmativa a contribuição da imprensa tubaronense na construção de uma imagem mítica da figura de Getúlio Vargas. Assim, para o veículo da época pesquisada, Getúlio foi um grande homem, sem grandes defeitos e cheio de boas intenções e de atos heróicos na luta contra a espoliação do Brasil e de seu povo, como disse em sua carta-testamento. O material analisado mostra que Roland Barthes está certo quando diz que o mito foge da lógica e da razão e que ganha força justamente pela pouca resistência que a língua lhe oferece. Assim, as palavras do discurso mítico ganham outros sentidos.

REFERÊNCIAS

- ALEMÃO atrevido. **A Imprensa**, Tubarão, p. 2, 14 mar.1942.
- A LIGA de defesa nacional ao povo. **A Imprensa**, Tubarão, p. 1, 22 ago. 1942.
- A NACIONALIZAÇÃO dos núcleos coloniais. **A Imprensa**, Tubarão, p. 1, 17 ago. 1940.
- A PALAVRA do presidente Getúlio Vargas no dia 1º de Maio. **A Imprensa**, Tubarão, p. 01, 9 maio 1942.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRICOUT, Bernadete. **O olhar de Orfeu: os mitos literários do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MARANHÃO, Ricardo. O fim da ditadura. **História Viva: Grandes temas**. 4.ed. Duetto: ago. 2004.
- MARKUN, Paulo. HAMILTON, Duda. **Muito além de um sonho: A história da Unisul**. Tubarão: Unisul, 2001.
- MOVIMENTO Revolucionário em São Paulo. **A Imprensa**, Tubarão, p. 1, 30 de mar. 1940.
- NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. O trabalho sob a tutela do Estado. **História Viva: Grandes temas**. 4. ed. Duetto: ago. 2004.
- O BRASIL unido e forte. **A Imprensa**, Tubarão, p. 5, 7 maio 1936.



O RELATÓRIO do Sr. Interventor Nerêu Ramos. **A Imprensa**, Tubarão, p. 1, 29 nov. 1941.

RANDAZZO, Sal. **A criação de mitos na publicidade**: Como publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ROMANINI, Vinicius. **Mitos**: Por que precisamos deles? Terra. 144 ed.. Peixes. Abr. 2004, p. 53

SE A INGLATERRA perdesse.... **A Imprensa**, Tubarão, p. 1, 31 ago.1940.

VETTORETTI, Amadio. **Palacete Cabral a Casa da Cidade**: Centenário. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1997.

VINTE e quatro de outubro. **O Liberal**, Tubarão, p. 1, 24 out. 1931.